

# Prostituição: Sexo e Mercadoria

*Prostitution: sex and merchandise*

Roberto Florentino da Silva<sup>1</sup>

Fernando dos Santos Sampaio<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta uma discussão sobre as transformações sócio-espaciais e a sua relação com a prostituição. Questionam-se inicialmente quais os motivos dessa atividade perpassar por vários períodos históricos e continuar existindo mesmo com uma maior liberalização da sociedade em relação ao sexo. Busca-se entender a prostituição como uma atividade que se adapta às mudanças sociais, tornando-se, no capitalismo, uma atividade econômica que vende o sexo como uma mercadoria. Essa relação é permeada por diversos tipos de violência econômica ou social e que têm embasado as discussões sobre o tema, como o tráfico de pessoas e a extrema pobreza. No presente artigo, toma-se como conceitos de prostituição a prestação de serviços ou trabalho sexual, diferenciando daquilo que é crime, como o tráfico de pessoas, exploração sexual de menores e trabalho escravo. O enfoque dado foi na prostituição feminina que, apesar de não ser o único tipo de prostituição, é a mais significativa do ponto de vista econômico. A metodologia adotada foi o uso de fontes primárias (relatórios, entrevistas) e secundárias (ampla bibliografia sobre o tema); a partir dos dados obtidos buscou-se a interpretação com base no método geográfico de Milton Santos.

**PALAVRAS-CHAVES:** Prostituição. Mercadoria. Sexo. Serviços Sexuais.

**ABSTRACT:** *This paper discusses socio-spatial transformations and its relation to prostitution. It addresses the motivations for this activity to perpetuate throughout historical periods to the present time, even under further liberalization of the society in relation to sex. This paper aims to understand prostitution as an activity that adapts to social change, and that has transformed sex into a commodity in the context of a capitalist society. It is noted that such relationship is permeated by a variety of economic and social violence that have served as basis of discussions on the topic, such as human trafficking and extreme poverty. Herewith, prostitution is conceptually considered crime such as human trafficking, sexual exploitation of children and slave labor. The approach taken is that female prostitution, whilst not the only type of prostitution, is the most significant from an economic point of view. The methodology adopted was the use of primary sources (reports, interviews) and secondary (large bibliography on the subject), from the data obtained sought to interpretation based on the geographic method of Milton Santos.*

**KEY WORDS:** *Prostitution. Merchandising. Sex. Sexual Services.*

---

<sup>1</sup> Psicólogo, Mestre em Geografia pela UNIOESTE, responsável pela PSICO Clínica, em Francisco Beltrão (PR). Rua Vereador Romeu Lauro Werlang, 1060, apto. 903, Edifício Fontana Di Leoni, CEP 85601-020 – Francisco Beltrão – Paraná. rfs1508@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia, Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus Francisco Beltrão. Rua Maringá, 1.200 – Centro de Ciências Humanas – Vila Nova, Francisco Beltrão – PR. CEP 85065-010. fssampa@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

A produção capitalista (e a apropriação da natureza) é acompanhada não pela satisfação das necessidades em geral, mas pela satisfação de uma necessidade particular: lucro. Na busca do lucro, o capital corre o mundo inteiro. Ele coloca uma etiqueta de preço em qualquer coisa que ele vê, e a partir desta etiqueta de preço é que se determina o destino da natureza. (SMITH, 1984, p. 94)

Ao se recortar a prostituição como um objeto passível de análise, emerge imediatamente a necessidade de se estudar as relações entre capital, circulação de pessoas e a prostituição, embora o anonimato, os encontros furtivos e a camuflagem sejam a tônica dessa atividade, cercada de preconceito social, o que dificulta a obtenção de dados confiáveis e a sua respectiva análise.

Da discussão causal emergem a exclusão social, a pobreza, o abuso sexual na infância, a desestruturação familiar, a violência estrutural, o descaso das instituições públicas, o tráfico e a exploração de pessoas, e a dúvida sobre a denominação mais apropriada para retratar essa atividade: “prostitutas” ou “prostituídas”, e “ser” ou “estar” prostituta.

A complexidade do tema sexualidade e as suas contradições são evidenciadas com o resultado de pesquisa de Almeida (2007, apud SILVA, 2009), que observa uma contradição entre a imagem de “país liberal” e a realidade vigente no Brasil: 81% do país é totalmente contra o homossexualismo masculino; 78% é totalmente contra o homossexualismo feminino; 60% é totalmente contra o sexo anal entre homem e mulher; 50% é totalmente contra o homem fazer sexo oral na companheira; 49% é totalmente contra o uso de revistas pornográficas para excitação sexual; 49% é totalmente contra a mulher fazer sexo oral no companheiro; 44% é totalmente contra a masturbação feminina; 40% é totalmente contra a masturbação masculina.

Citando a mesma pesquisa, Carmo (2011) afirma que, em termos de mentalidade, o Brasil comporta dois países: o da visão mais liberal sobre o sexo e o outro, o dos conservadores. Ao primeiro grupo pertencem os formadores de opinião, mais escolarizados, que residem nos grandes centros urbanos, trabalham fora e, em algumas situações, definem o conteúdo da mídia. Os conservadores formam o expressivo contingente de baixa escolaridade, que estão longe dos postos de decisão, e que só aceitam o sexo tradicional. Destaca que “[...] os mais velhos são os mais conservadores por terem sido socializados num país diferente” (CARMO, 2011, p. 407), e conclui que a maioria dos brasileiros é conservadora, tendendo a se tornar mais liberal apenas em longo prazo em decorrência da substituição da atual geração pelas novas gerações com maior escolaridade.

É importante apontar que nos últimos anos houve uma reação conservadora em relação às poucas e pequenas conquistas mais progressistas na sociedade brasileira. Essa reação conservadora contou com a atuação de grupos mais escolarizados, formadores de opinião e com amplo acesso à mídia, muitas vezes pertencentes a grupos religiosos fundamentalistas. Debates sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo, criminalização da homofobia, responsabilidade pelo estupro, entre outros pontos, têm sido focos de discussões na qual o ultra-conservadorismo tem atuado de forma marcante. Esse pensamento conservador, de elite, tem atuado significativamente nas classes populares.

Essa contradição entre a liberalidade e o conservadorismo da sociedade brasileira fica evidente também quanto à legalização do trabalho das prostitutas, defendido pelas organizações de apoio, e objeto do Projeto Lei 98/2003, que dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual, de autoria do Ex-Deputado Fernando Gabeira e do Projeto de Lei 4211/2012, que regulamenta a atividade dos profissionais do sexo, de autoria do Deputado Jean Wyllys, apresentados à Câmara dos Deputados, e objetos de infundável discussão, a exemplo das polêmicas que esse assunto causa em inúmeros outros países atualmente.

A descriminalização ou a “naturalização” da prostituição recebe críticas severas, exemplificadas por Swain (2008), que chega a afirmar ser a prostituição “a banalização do estupro”, não aceitando que se diga ser um trabalho, muito menos voluntário, e afirmando que a profissionalização pode se tornar uma forma de convencimento para as meninas e adolescentes sobre o “trabalho fácil” que rende muito dinheiro, esquecendo “[...] a violência social que aceita a figura do ‘cliente’ como sequência de corpos profanados, usados e abusados, assujeitados, escravizados [...]”.

O presente trabalho entende a prostituição como atividade econômico-social, que apresentou significativas mudanças no decorrer do tempo, modificando o seu caráter de “valor de uso” para a consagração de seu “valor de troca”, ou seja, transformando o sexo e a “profissional” do sexo em mercadoria. Na Idade Média, a organização da prostituição objetivava a manutenção da ordem, dando vazão aos impulsos dos jovens e estrangeiros e protegendo as mulheres “honradas”, sendo freqüentemente a construção e a administração dos bordéis, feitas por autoridades municipais e eclesiásticas, cabendo às prostitutas uma função dupla: “Elas não tinham apenas responsabilidade social, mas também um encargo moral, pois sobre elas repousava em parte a defesa da ordem coletiva” (ROSSIAUD, 1991, p. 49).

No século XIX, com a intensa urbanização, a função social da prostituição se transforma profundamente. A imensa desproporção entre homens e mulheres presente nas grandes cidades do início do século XIX tornava o bordel uma instituição indispensável,

como forma de se evitar estupros e outros problemas. A migração nesse momento era fundamentalmente de homens que trabalhavam temporariamente, mantendo suas famílias no campo, ou mesmo o trabalho permanente era majoritariamente masculino. Com a melhoria do nível de vida dos trabalhadores na segunda metade do século XIX houve a reunião da família operária e uma forte ideia da moral operária. Quem passa a encarnar o “vício” agora é o burguês, mudando a clientela do bordel. Agora são os filhos da burguesia que casam tarde e são obrigados a respeitar a virgindade das moças de sua classe, são os membros de uma classe média que não tem condições para formar um lar burguês, mas se negam a casar com operárias, são os soldados que buscam relações rápidas (VINCENT, 2009). O bordel transforma-se de uma “instituição indispensável” em uma atraente atividade lucrativa.

A forma como se apresenta a prostituição, sua função social e sua estrutura, permite uma análise mais aprofundada dessa atividade, no entanto, é somente entendendo o processo de transformação que se pode compreendê-la de forma mais abrangente (SILVA, 2013).

Para a análise econômica não é relevante se há ou não conhecimento ou consentimento quanto à prostituição. Em ambos os casos a transformação do sexo (ou do corpo) em mercadoria é o ponto que se verifica como central. Obviamente o tráfico de pessoas que serão submetidas compulsoriamente a uma atividade sexual visando o lucro de outras pessoas é algo altamente condenável, assim como é crime a escravidão para qualquer outro tipo de atividade, seja cortar cana-de-açúcar, seja trabalhar em minas de carvão ou qualquer outro trabalho. Não se pretende também dar uma conotação moral e minimizar o sofrimento de quem se prostitui voluntariamente como forma de fugir da pobreza e garantir sua sobrevivência ou mesmo o seu padrão de consumo.

Muitos estudos (CHARPENEL, 2012; SWAIN, 2008) têm buscado entender a prostituição apenas como uma atividade derivada da exploração sexual da mulher, vítima de uma sociedade machista e patriarcal, na qual o único motivo da mulher se prostituir seria a sua incapacidade de luta contra um sistema opressor, comandado por homens. Essa visão não consegue explicar satisfatoriamente o porquê de existir a prostituição masculina ou mesmo as prostitutas que desejam exercer essa atividade. Também falha em considerar a prostituição como algo estático na história, sem ver as mudanças de suas formas e funções no decorrer do tempo e espaço. Essa visão muitas vezes leva à adoção de políticas públicas na qual se busca “salvar” a prostituta.

Outros estudos (PEDRO, 2010; SILVA, 2009) têm buscado demonstrar que a prostituição seria uma forma de resistência à sociedade machista e patriarcal e que a existência de territórios de prostituição reflete a “multidimensionalidade do vivido”,

possibilitada por uma apropriação simbólica do espaço e a transgressão de sua forma e função. Neste caso, comum em alguns estudos geográficos, cria-se certo idealismo em relação às prostitutas (ou travestis, michês etc.), entendendo-os como contestadores de uma ordem social mais ampla. Ao se estudar o território, isolado de outros determinantes sociais, acaba por se propor uma análise que não consegue compreender as múltiplas determinações a que estão ligadas a atividade da prostituição. Idealiza-se uma resistência que não existe de fato.

Como explicar então a manutenção da prostituição nos tempos atuais, após a liberalização sexual, sem considerá-la apenas como resquícios da exploração sexual historicamente constituída e sem considerá-la como resistência à atual organização da sociedade? Tal resposta não é simples. Está ligada, sobretudo, às várias formas na qual se manifesta a prostituição.

O fato é que a prostituição continua existindo em praticamente todas as sociedades, apesar da pretensa e comentada liberalização sexual, que vem ocorrendo desde os anos 1960, e após a descoberta da pílula anticoncepcional, que possibilitou a dissociação do sexo pelo prazer do sexo voltado unicamente à procriação. Essa atividade se desenvolveu e se adaptou às mudanças econômicas e sociais ocorridas no mundo como quaisquer outras atividades econômicas.

## UMA BREVE DISCUSSÃO METODOLÓGICA

Na introdução da coletânea de artigos que compõe o livro “Prostituição em áreas urbanas: histórias do tempo presente”, Pedro (2010) descreve os sentimentos que perpassam os autores que se dispõem a escrever sobre esse tema, citando-o como “[...] uma questão da História do Tempo Presente e, portanto, plena de polêmica, alvo de paixões. Falar de serviços sexuais, de trabalhadoras do sexo a partir da perspectiva da história, é abordar um tema sempre em mutação”. Essa citação consegue sintetizar as emoções e as dificuldades enfrentadas na elaboração deste trabalho, desde o emergir dos próprios preconceitos frente a situações relatadas ou escritas, até o número sem fim de possibilidades que cada parágrafo abre na intrincada correlação dos assuntos e temas abordados.

De forma geral, se utilizou o termo prostituição para definir a atividade pela qual se faz sexo, por um período determinado, em troca de dinheiro, sem o estabelecimento de acordos formais. Dessa forma entende-se como sinônimos os termos garota de programa, prostituta, acompanhante e *escort girls*. Tratar sobre a prostituição não é uma tarefa fácil. As

múltiplas determinações que compõe a realidade neste caso se apresentam de forma tão intrincada que se torna difícil identificar qual é a sua determinação mais importante.

A possibilidade de entendê-la como uma atividade econômica, ou seja, um trabalho precarizado, ou apenas um meio de sobrevivência, defronta-se com a primeira grande dificuldade: a prostituição (ou a venda de “serviços” sexuais) se apresenta de diferentes formas, desde a escravidão sexual (e seu envolvimento com o tráfico de pessoas), até a prostituição de alto luxo (que atrai pessoas de várias classes sociais) passando pela atividade como forma de sobreviver à pobreza. Assim, torna-se difícil desvelar quem são as profissionais do sexo, traçar um perfil homogêneo ou caracterizar os motivos que levam alguém a tornar-se prostituta. Apesar da existência de muitos trabalhos sobre o tema, a maior parte trata de estudos de caso no qual previamente já se faz um recorte específico, o que não permite desvelar quem são os sujeitos da prostituição de uma forma mais ampla.

Por ser uma atividade ilegal em vários países ou, no caso brasileiro, ser ilegal a atividade de proxenetismo, (sem a qual fica difícil compreender a prostituição), tornou-se muito difícil a obtenção de dados confiáveis sobre esta atividade. Não só o fato da ilegalidade atrapalha a obtenção de dados. O sexo ainda permanece um tabu, e são poucos os casos de pessoas envolvidas nesse ramo que estão dispostas a falar abertamente em uma entrevista. No caso da prostituição de alto luxo isso se torna quase impossível. Apesar da importância do proxenetismo para o entendimento da prostituição, não faz parte do intuito deste trabalho detalhar a sua atuação. O entendimento é que a mercantilização do sexo independe da figura do cafetão. A prostituta, mesmo sendo livre da cafetinagem, o que vem acontecendo com o avanço do uso do celular e internet, ainda assim transforma o sexo em mercadoria, mesmo que não tenha que pagar por proteção ou para facilitadores. Para maiores detalhes ver Silva (2013).

A forma encontrada para a obtenção dos dados necessários à pesquisa foi o uso de fontes secundárias (entrevistas em revistas e jornais, trabalhos jornalísticos ou acadêmicos, biografias etc.) e o uso de entrevistas informais seguindo a metodologia proposta por Mann (1975). A opção pelas entrevistas informais foi quase natural, face à dificuldade de se encontrar pessoas dispostas a prestar informações sobre o assunto tratado e à impossibilidade de se utilizar questionários fechados, dado a abrangência do tema.

Dada à profusão de depoimentos de prostitutas e garotas de programa nos estudos especializados, nos livros, na mídia escrita e impressa, e nos relatos autobiográficos em geral, e pela dificuldade em conseguir profissionais que se dispusessem a dar entrevistas, optou-se por se analisar alguns desses depoimentos já publicados,

confrontando-os, evitando-se a visão quase homogênea da vitimização da mulher e mantendo-se o foco de análise na prostituição como atividade econômica.

A ênfase em se analisar a prostituição como uma atividade econômica, que se desenvolve e se modifica no contexto sócio-econômico em que está inserida, priorizou a entrevista com clientes e agenciadora, permitindo informações sobre a atividade e algumas histórias específicas das prostitutas contadas aos seus clientes. A utilização de entrevistas e depoimentos de garotas de programa, de várias épocas e lugares, já publicados em livros, revistas, jornais e em outros estudos do tema, ajudaram a fundamentar ou realçar os aspectos discutidos neste trabalho.

Outra dificuldade encontrada foi a divergência nos dados estatísticos publicados por organizações da sociedade civil, estudiosos e governos. Muitas vezes os interesses por trás da divulgação de dados acabam tornando-os pouco confiáveis, inflando uma ou outra estatística e diminuindo ou aumentando o volume real do problema. Optou-se, nesse caso, em apresentar sempre um contraponto quando não se tem claro quais os limites de cada dado apresentado.

O risco de se cair em uma discussão moral é muito grande, assim buscou-se entender como se dá a organização do espaço da prostituição, não entrando no mérito da legalidade/ilegalidade, do moral/imoral ou do certo/errado. O ponto central a se criticar da prostituição como atividade econômica está relacionado à coisificação do ser humano, à transformação do corpo em mercadoria. A este propósito, é significativo o fato de que é comum se dizer, com muita facilidade, que é “puta” uma mulher que tem muitos amantes, o que não é verdadeiro; isso não se diz, ao contrário, de uma mulher que casa com um homem pelo seu dinheiro, afirmando que na base do fenômeno da prostituição está a venalidade, sendo a promiscuidade apenas consequência disso, enquanto que, na realidade, a promiscuidade escandaliza mais do que a venalidade, como destaca Gruppi (1979, p. 75), “Quando a mulher é considerada coisa em propriedade, não é tão surpreendente que ela se venda; o escândalo maior ocorre quando uma mulher se recusa a ser propriedade exclusiva de um homem: valor de uso, precisamente”.

Ou seja, a identificação da prostituição neste trabalho não está relacionada à promiscuidade, mas sim à venalidade, à transformação do corpo em mercadoria (com seu valor de uso e valor de troca), à coisificação do ser humano que, importante salientar, não se dá apenas na atividade de prostituição.

O tabu do sexo, a transformação e liberalização da sociedade, os aspectos psicológicos que envolvem clientes e prostitutas, os aspectos legais e os aspectos econômicos, culturais e antropológicos desta atividade tornam o tema altamente complexo. É dentro dessa complexidade que se adotará um recorte que busca entender as

especificidades da prostituição como uma atividade econômica, fonte de remuneração para uns e de lucro para outros.

Dessa forma não se adotou metodologias de pesquisa participativa ou etnográfica, que poderiam trazer dados mais profundos no âmbito pessoal dos atores envolvidos, por se pretender primordialmente analisar a prostituição como atividade econômica, além de se dispor de excelentes estudos realizados com essas metodologias, como as obras de Alves (2010) e Díaz-Benites (2010).

A metodologia apresentada pelos autores é de grande riqueza para estudos antropológicos, mas o seu uso não traria respostas satisfatórias para o âmbito do presente trabalho, pois não seriam por si só suficientes para a compreensão das múltiplas determinações da prostituição, mas apenas na ênfase de seu caráter antropológico. Sendo assim, preferiu-se o uso de um método que permita uma abrangência maior das várias determinações da prostituição.

O uso do método geográfico baseado em Santos (2008), em especial o uso das categorias estrutura, processo, função e forma, pareceu melhor para se conseguir compreender a prostituição no viés da Geografia. Para Santos (2008, p. 67)

[...] sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial.

Assim, pode-se compreender a dinâmica espacial da prostituição através da análise da sua função e forma (aparência) buscando uma compreensão mais profunda pela estrutura e processo (que nos mostra a sua essência). Baseou-se, também, em Andrade (1980), para quem a Geografia lança mão de conhecimentos de outras ciências afins, buscando descrever as formas visíveis da organização do espaço, sua utilização pelo homem e a explicação dos porquês dessa organização.

As ideias de processo e totalidade são fundamentais para o entendimento do que se chama de dinâmica espacial, ou seja, entender como uma atividade apresenta-se, desenvolve-se e modifica-se durante o tempo, trazendo junto a si os aspectos mais gerais da sociedade. Daí a necessidade de entendê-la sob suas múltiplas determinações, ou seja, sob sua totalidade. Com base nesse entendimento é que se buscou explicar a manutenção e a transformação da prostituição que, nas palavras de Carmo (2011), apesar dos avanços na liberdade sexual entre os jovens, ao contrário do que se pensa, não está com “os seus dias contados”, mas adapta-se às novas exigências do mercado, à dinâmica social, à segregação e à dominação impostas pelo estilo de vida ocidental. Os tradicionais



prostíbulos entram em declínio e, no entanto, a prostituição aumenta e as cidades se transformam.

Não só as cidades se transformam como também as cidades mantêm diferenças significativas entre si. A prostituição em uma metrópole e em uma pequena cidade possui características diversas. O anonimato proporcionado pela grande cidade cria um ambiente de maior liberdade para a prostituição, o que influi diretamente nas formas de organização espacial desta atividade. Verifica-se assim a importância do uso do princípio da analogia, que busca comparar as observações da área de estudo com o que se observa em outras áreas, estabelecendo semelhanças e diferenças existentes como um dos princípios do método geográfico, conforme apresentado por Andrade (1980).

## **SEXO E MERCADORIA**

Enfatizando essas contradições, fez-se uma análise dos serviços sexuais oferecidos e tratados abertamente, como uma atividade econômica, que transforma o sexo (ou o corpo) em mais uma mercadoria disponível no imenso mercado globalizado.

A que parece ser a dúvida fundamental, referente à atividade da prostituição, é levantada no artigo: “Vender o corpo, vender o sexo – serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação”, de Joana Maria Pedro, e resume as principais dúvidas que o tema suscita:

O que vendem as pessoas que fazem da prostituição uma forma de trabalho? Vendem o corpo? Mas se vendem, então nunca o entregam. Vendem o sexo? Também não o entregam, uma vez que o genital continua no corpo de quem faz a prostituição. Vendem o corpo e/ou o sexo é o que se costuma dizer de quem oferece serviços sexuais. Uma forma de desqualificar este tipo de função. Cada pessoa que trabalha, de alguma forma, coloca o corpo, a mente, as mãos, os pés ao serviço de alguma função pela qual será remunerada; então, por que somente os serviços ligados ao genital são desqualificados? (PEDRO, 2010, p. 11)

Na atividade da prostituição, sob o ponto de vista econômico, e sopesadas as diversas interpretações apresentadas neste trabalho, pode-se afirmar que não ocorre a “venda do corpo”, ou o seu “aluguel”, como utilizado no senso comum, podendo-se entender que aconteça a venda, por determinado período de tempo, da “força de trabalho” envolvida na prestação dos serviços sexuais contratados, destacando-se que a força de trabalho também é uma mercadoria, como apontada pelo pensamento marxista (BOTTOMORE, 2001).

Blanchette e Silva analisam a associação entre exploração e trabalho, que permeia as discussões sobre a prostituição, enfatizando que o trabalho sexual é “trabalho” e a venda dos serviços sexuais “comércio”:

Tem sido a posição, entre certa ala de pensadores feministas e marxistas, que o trabalho sexual é exploração sexual e, portanto, é classificável como sinônimo de tráfico de mulheres e/ou escravidão [...]. Na visão desses analistas, a única coisa que pode ser comprado e vendido no comércio do sexo é o corpo e a pessoa da mulher. Portanto, a exploração sexual é entendido como sinônimo de qualquer trabalho sexual e é qualificada como “uma mutação da sociedade moderna ou, ainda, pós-moderna. Uma reificação da barbárie” [...]. Essa posição ignora a realidade do trabalho sexual, qual trabalho, e a natureza da venda dos serviços, sejam esses sexuais ou de outra natureza, como comércio. Se for verdade, como Marx e Engels estipulam, que os seres humanos “precisam comer, beber, se abrigar e se vestir [e], portanto, precisam trabalhar” [...] é igualmente verdadeiro que precisam manter relações sexuais e que essas relações também podem ser vendidas como qualquer outro serviço. Sexo, enfim, não pode ser visto como um campo a parte das relações socioeconômicas capitalistas. De fato, Friedrich Engels até faz questão de equiparar “a cortesã habitual” que “aluga o seu corpo por hora” como a trabalhadora assalariada, reservando para a esposa engajada num “matrimônio de conveniência” o rótulo de “escrava” [...]. Sob essa ótica, não existe razão necessária para entender a prostituta como menos trabalhadora ou mais escravizada que qualquer outra operária nas diversas áreas de serviços. (BLANCHETTE; SILVA, 2011, p. 210)

Os autores ainda enfatizam a distinção entre “trabalhadoras” e “escravas” ou “objetos”, destacando a opinião das prostitutas (informantes) pesquisadas em seu trabalho, afirmando que no regime capitalista a exploração, no sentido marxista, é a sina de todo trabalhador, e não deve ser confundida com exploração sexual, que é uma situação análoga à escravidão:

Enfim, no regime capitalista, a exploração é a sina de todo trabalhador e este fenômeno não pode ser equiparado com a exploração sexual, entendida por fins do presente artigo como situação análoga à escravidão. Vamos deixar nossa posição cristalina para aquelas pessoas que propositalmente confundem a exploração sexual e a exploração no sentido marxista da palavra: a demasiada maioria de nossas informantes, na medida em que se sentem exploradas, se sentem exploradas economicamente enquanto trabalhadoras e não enquanto mulheres supostamente rebaixadas à condição de escrava ou mero objeto inanimado. De fato, é importante notar neste contexto que as nossas informantes qualificam as batidas policiais, geralmente justificadas como medida repressiva da exploração sexual, como violação de seus direitos e dignidade. (BLANCHETTE; SILVA, 2011, p. 210-211)

Além de se poder analisar a prostituição como “mercadoria”, sofrendo as influências da oferta e da demanda peculiares ao mercado, e desenvolvendo uma política de preços e de oferta de “valores agregados”, o ato de se administrar a prestação de serviços

sexuais pode ser comparado à gestão efetuada em outro empreendimento econômico qualquer, como exemplificado por Levitt e Dubner (2009), ao narrar como a internet possibilitou a opção pela prostituição, na história de vida de Allie, que passou a dirigir uma “empresa individual”, composta de uma única mulher, sem precisar dividir as receitas com ninguém.

A Internet permitiu que Allie fosse sua própria madame e acumulasse riqueza para ela própria. Muito se tem dito sobre a extraordinária capacidade da Internet de promover a “desintermediação” – eliminar o agente ou o mediador – em indústrias como turismo, imóveis, seguro e venda de ações e títulos de crédito. Mas é difícil imaginar um mercado mais suscetível naturalmente de desintermediação que a prostituição de alto nível. (LEVITT; DUBNER, 2009, p. 46)

Para evitar ser “surrada” ou “depenada”, já que ela mesma teria de fazer a triagem dos clientes potenciais, Allie implementou uma solução simples e inteligente que era a de não marcar o encontro até ter informações sobre o cliente, seu nome, seu local de trabalho e seus telefones e então, no dia do encontro, ela telefonava ao cliente. Esse telefonema servia como advertência de que, se algo desse errado, ela poderia irromper no escritório dele e armar o maior escândalo. “Até hoje, Allie recorreu a essa tática apenas uma vez, depois que um cliente lhe pagou com dinheiro falso. Assim que ela o procurou no escritório, ele imediatamente encontrou dinheiro de verdade” (LEVITT; DUBNER, 2009, p. 46).

Quase todos os seus clientes são homens de meia-idade, brancos, 80% deles casados, que ela recebe em seu apartamento, principalmente durante o dia. Para eles é difícil “escapar” durante a noite, assim Allie tem as noites livres para ler, ir ao cinema ou simplesmente relaxar. Cobra US\$ 300 por hora, US\$ 500 por duas horas, ou US\$ 2.400 por 12 horas de pernoite (LEVITT; DUBNER, 2009, p. 47).

Ao destacar os motivos da procura dos clientes pelos serviços sexuais de Allie, os autores descrevem o que eles buscam, além do sexo, e a consideram “uma esposa-troféu, alugada por hora”, mais que uma prostituta, para os seus clientes. Allie não é escrupulosa quanto à denominação que lhe dão. Enquanto algumas colegas se denominam “escorts” ou “garotas”, ela diz gostar de “puta”, “piranha”, e de “todos os nomes”:

A esse respeito, Allie provavelmente está errada. Embora se considere semelhante às prostitutas de rua, ela tem menos em comum com esse tipo de mulher que com uma esposa-troféu. Allie é basicamente uma esposa-troféu, alugada por hora. Realmente não vende sexo, ou pelo menos não vende só sexo. Ela vende aos homens a oportunidade de fazer o *upgrade* temporário de suas esposas por uma versão mais recente e ousada – sem os problemas e as despesas fixas de uma troca definitiva. Durante uma ou duas horas, ela representa a esposa ideal: bela, atenciosa e inteligente, a amante ideal, que ri de suas piadas e que realiza suas fantasias. Ela demonstra felicidade ao vê-lo toda vez que você a visita. Sua música favorita já está tocando e sua bebida predileta já está servida. Ela nunca lhe pedirá para deixar o lixo na lixeira. (LEVITT; DUBNER, 2009, p. 47-48)

Os autores relatam a surpresa que o aumento de valor em seus honorários para US\$ 450 por hora e, poucos meses depois, para US\$ 500, aumentando assim seu preço em 67%, em apenas dois anos, trouxe para Allie:

[...] quanto mais ela cobra, menos seus serviços consistem em sexo convencional. A US\$ 300 por hora, a jornada de trabalho dela envolvia uma sucessão de encontros, nos quais cada cliente buscava tanta ação quanto possível. Porém, cobrando US\$ 500 por hora, a natureza dos serviços era outra: Agora, não raro, ela e o cliente jantavam e tomavam vinho – “um jantar de quatro horas que terminava com uma relação sexual de 20 minutos”, diz ela, “embora eu fosse a mesma garota, que se apresentava da mesma maneira e mantinha as mesmas conversas de quando eu cobrava US\$ 300”. (LEVITT; DUBNER, 2009, p. 48)

Estimativa otimista dos autores é a de que há menos de 1.000 prostitutas como Allie em Chicago, trabalhando por conta própria ou para serviços de acompanhantes. Citando que as prostitutas de rua talvez tenham o pior trabalho do mundo, destacam que, para prostitutas de elite, como Allie, as circunstâncias são completamente diferentes, pois possuem boa remuneração, escolhem seu horário de trabalho e os riscos de violência de clientes ou mesmo da polícia são baixos.

Com efeito, quando Allie confidenciou a uma amiga de muito tempo que se tornara prostituta e descreveu sua nova vida, não se passaram muitas semanas antes de também a amiga entrar na profissão. Allie nunca teve qualquer problema com a polícia e a tendência é que não venha a tê-los no futuro. A verdade é que ela ficaria desolada se a prostituição fosse legalizada, pois sua remuneração estratosférica decorre do fato de seus serviços não serem acessíveis por meios legais. (LEVITT; DUBNER, 2009, p. 49)

Percebe-se na visão destes autores uma aceitação da prostituição como prestação de serviços sexuais e, portanto, do sexo como uma mercadoria que é regida pela lei da oferta e procura e passa por uma racionalidade econômica de cálculos de custo-benefício. Tal entendimento é derivado do referencial teórico neoliberal adotado pelos autores o que os leva a apresentar como “[...] o verdadeiro enigma não é por que alguém como Allie se torna prostituta, mas, sim, por que mais mulheres não escolhem essa carreira” (LEVITT; DUBNER, 2009, p. 49, grifo nosso). A visão neoliberal ao adotar a naturalização do mercado não vê nenhum problema na transformação do sexo em mercadoria, e entende-o como uma das possibilidades de prestação de serviços, remuneráveis de acordo com sua qualidade e especificidade.

Esta visão também aparece em autores mais preocupados com a pobreza e a marginalização social, nos quais a prostituição é apresentada como um trabalho sexual, mas com um viés mais preocupado na inclusão das profissionais do sexo como trabalhadoras.

Nesse sentido, Blanchette e Silva (2011) corroboram a ideia de que o trabalho sexual pode se tornar uma opção econômica, listando as suas vantagens:

Como temos visto então, o trabalho sexual tem uma série de características que o torna uma opção econômica bastante atrativa. Em primeiro lugar, é relativamente rentável. Segundo, é um ofício que exige pouca preparação profissional, sendo aberto a quase qualquer pessoa. Frise-se aqui que ele é particularmente aberto aos jovens, fração etária da sociedade com maiores dificuldades de inclusão no mercado de trabalho, dado a sua falta de currículo. Finalmente, é um trabalho que, muitas vezes, é altamente flexível. O trabalhador sexual freqüentemente pode exercer o ofício de vender sexo e também se dedicar a outras atividades ou trabalhos com mais facilidade. (BLANCHETTE; SILVA, 2011. p. 208)

Sendo o sexo natural por excelência, a “naturalização” da prostituição, com o reconhecimento oficial dessa atividade na categoria “trabalho”, como já ocorre em diversos países e está sendo proposto no Brasil, encontra forte resistência entre os estudiosos, exemplificados por Swain (2008). O ato de colocar preço no próprio corpo, e o consequente desenvolvimento e expansão dessa atividade no mundo globalizado, também é atribuído à influência do capitalismo, embora remonte ao início da História os primeiros registros de mulheres que se prostituíam, inicialmente, como sacerdotisas dos templos e, logo após, especialmente após a Idade Média e as perseguições religiosas, já discriminadas e marginalizadas.

Contrapondo essas opiniões, e afirmando que a globalização e a industrialização do comércio do sexo são dois fenômenos estreitamente imbricados, Richard Poulin, ao desenvolver as suas “quinze teses sobre o capitalismo e o sistema mundial de prostituição”, chega a números extraordinários sobre as formas de tráfico, comércio e prostituição de seres humanos, afirmando que:

[...] o processo de mercantilização de bens e serviços, e mais particularmente a comercialização de seres vivos, aí compreendidos corpos e sexos, assim como a monetarização das relações sociais estão no núcleo da atual acumulação capitalista. Esse processo de mercantilização opera-se ao preço de uma tensão e de uma violência consideráveis. Isso se observa mais nitidamente na transformação do ser humano em mercadoria. Desde a apropriação privada dos corpos, sua transmutação em mercadorias até seu consumo é necessário o emprego da força. A violência é constitutiva da mercantilização dos seres humanos e de seus corpos. (POULIN, 2005, p. 50-53)

A industrialização do comércio sexual induziu o desenvolvimento de uma produção em massa de “bens” e de “serviços sexuais” que gerou uma divisão regional e internacional do trabalho. O autor destaca que:

Esses “bens” consistem em seres humanos prostituídos. Essa indústria, que desabrocha em um mercado globalizado que integra, ao mesmo tempo, o nível local e o nível regional, tornou-se uma força econômica da qual não se pode definir o perfil. A prostituição e as indústrias de sexo inerentes – os bares, os clubes noturnos, os salões de massagem, as produtoras de pornografia, etc. – apóiam-se em uma economia subterrânea massiva controlada por proxenetas ligados ao crime organizado e beneficiam policiais corruptos. As cadeias hoteleiras internacionais, as companhias aéreas e a indústria do turismo lucram em larga escala com a indústria do comércio sexual. Os próprios governos se beneficiam. (POULIN, 2005, p. 48-49).

A prostituição sob o capitalismo neoliberal tem como característica a mercantilização do ser humano, transformando-o de sujeito em apenas um objeto da indústria do sexo, encontrando esse mesmo capitalismo neoliberal a sua expressão máxima no domínio das indústrias do sexo, num regime de acumulação estreitamente ligado às desregulações da globalização e fortalecendo consideravelmente o sistema de opressão das mulheres e crianças e sua servidão para o prazer do outro, para o prazer masculino, como apontado nos trabalhos de Charpenel (2012).

Em concordância com Poulin (2005 e 2011) e com Brasil (2008), as autoras da PESTRAF - Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes Para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (LEAL e LEAL, 2002), indicam que o recrudescimento do tráfico de mulheres, crianças e adolescentes encontra nas crises socioeconômicas, nas atuais relações de trabalho e na globalização, senão suas determinações principais, o pano de fundo que possibilita esse avanço em escala industrial da exploração sexual:

O tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual é determinado, por um lado, pelas relações contraditórias entre capital e trabalho e, por outro, pelas relações culturais que sustentam uma ideologia classista e patriarcal, que reduz estes segmentos a um processo histórico de subalternidade e de violação de direitos. (LEAL e LEAL, 2002, p. 52)

As autoras afirmam que a globalização acirrou a crise social, por dismantelar as relações de trabalho, através da quebra de “contratos sociais” e de direitos dos trabalhadores. Essa situação não atinge somente as relações de trabalho masculino, mas, sobretudo, o feminino e o de crianças e adolescentes, através da inclusão dessa mão de obra em sistemas informais, clandestinos e do crime organizado, interferindo nas relações familiares. O cenário de crise no mundo do trabalho reflete-se diretamente nas relações familiares.

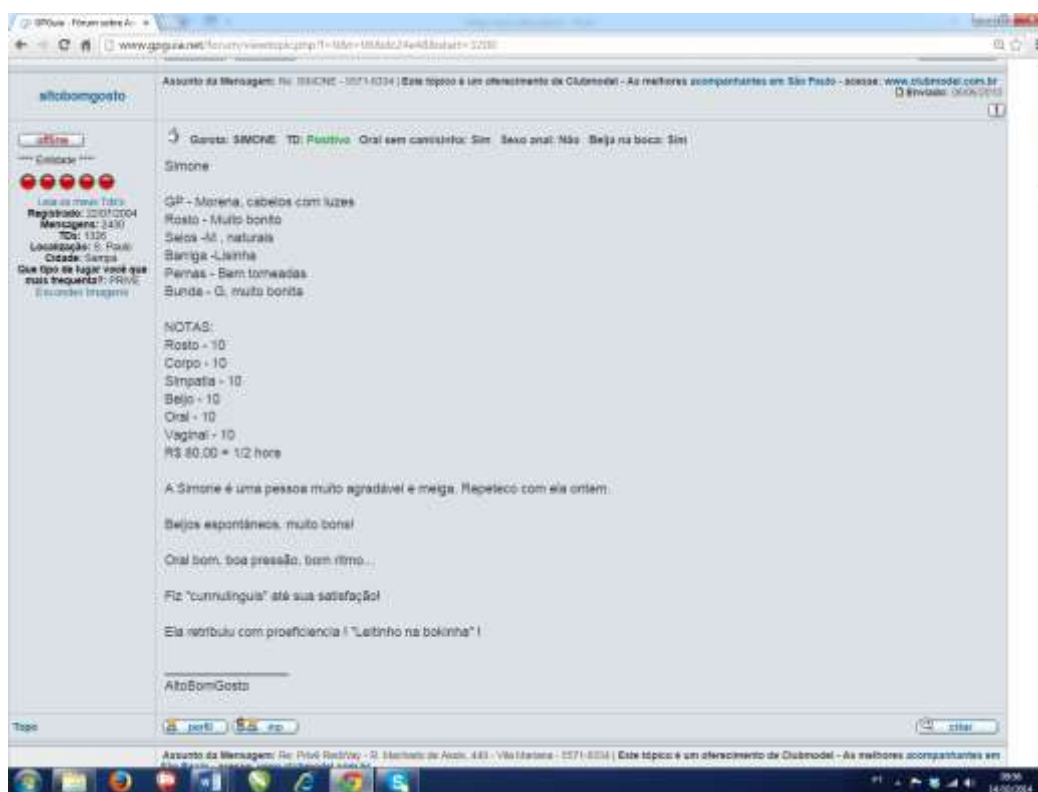
A desterritorialização (via processos migratórios) gradual ou geral dos membros da família atraídos para frentes de trabalho nas regiões rurais, de fronteiras, litorâneas e urbanas, ou para outros países, acaba por proporcionar, dentre outras situações, a fragilização da família em função do abandono precoce do “gestor” das responsabilidades paternas, do afastamento da mãe, do cotidiano do lar, da escola e de outras relações de sociabilidade. (LEAL e LEAL, 2002, p. 52)

A prostituição, nos exemplos citados, não é apenas o fornecimento de um “serviço sexual”, não é apenas o aluguel do corpo, como afirmado por Paula Lee (LEE, 2008), mas nestes casos tem se tornado a própria transformação do ser humano em mercadoria. O glamour da prostituta apresentado em filmes, especialmente no clássico “Uma Linda Mulher”, que apresenta o resgate da prostituta para uma vida “normal”, através do casamento com um cliente, não é realidade para a maioria das mulheres que desempenha essa função, embora seja o sonho comum de grande parte delas. Enquanto prostitutas de rua podem trocar seus serviços por um prato de comida ou pela mísera sobrevivência, algumas garotas de programa conseguem reunir capital suficiente para garantir uma vida confortável, e até luxuosa, mostrando a variação do valor de troca atribuído pelo mercado, para “mercadorias” diferentes.

No Brasil, entre muitos outros, o site GP Guia (2013) oferece um panorama de como os clientes, devidamente protegidos pelo anonimato, divulgam, classificam e avaliam as garotas de programa em diversas cidades e estados. Partindo de expressões mercadológicas, como *test drive* ou “relação custo-benefício”, e aprofundando para um palavreado chulo, grosseiro e pornográfico, esses clientes trocam as suas impressões em *chats* ou fóruns de discussão, sobre as garotas e os programas sexuais que realizam.

A figura a seguir mostra um relato de um dos “foristas” do site sobre o atendimento dado pela garota Simone, no Privê Redway, no qual fica claro o entendimento do sexo como uma mercadoria por ele adquirida e avaliada em seus quesitos:

Figura 1 – Publicação no site GP Guia, com o relato do “Test Drive – TD” da garota Simone.



Fonte: GP Guia, 2014.

Outro exemplo mais radical do entendimento mercantil da atividade sexual está em um dos fóruns sobre assuntos gerais, na qual se tem uma pergunta e os “foristas” debatem sobre o assunto. No exemplo abaixo a pergunta é “O que fazer se a GP [Garota de Programa] falar que está grávida?”. Um dos foristas responde: “Considero isso um acidente de trabalho, ela que peça para o INSS cuidar o filhote que irá nascer...”. Outro, mais radical e agressivo, mostra o seu preconceito e desprezo em relação à atividade, mas a considerando como uma prestação de serviço como outra qualquer:

Na minha opinião a puta quando escolhe ser puta sabe que essa atividade tem riscos e um deles é engravidar. O cliente paga para comer e só. Se ela engravidar, ela que aborte ou assuma a criança sozinha. O cliente come e só isso, a puta quer só o lado bom da 'profissão' de puta (grana)? Os riscos são dela também. Se você pega um ônibus e o motorista idiota bate a merda do ônibus, o problema é dele, você é cliente e pagou pra ser transportado. O motorista tem o salário para não bater a bosta do ônibus. Quando você come uma puta é a mesma coisa. Se a vagabunda engravidar, ela é a única culpada. O cliente pagou para comer, e só. Acho que puta que vai atrás de cliente com esse papinho de estar grávida, são o pior tipo de gente. Só querem a grana do cara. Puta é puta. (GP GUIA, 2013)



Tais observações vão além do reducionismo de se considerar a mulher como objeto ou mercadoria, tornando-se verdadeiro atentado à dignidade humana em alguns casos, embora a liberdade de expressão anônima e os exageros cometidos possam simplesmente indicar a intensidade da força contrária utilizada pela sociedade na repressão sexual.

Separando claramente os conceitos de prostituição como prestação de serviços ou trabalho sexual daquilo que é considerado crime: tráfico de pessoas, exploração sexual de menores de idade e todas as formas de violência e discriminação, pode-se dizer que na sociedade atual o sexo e os serviços ou trabalhos sexuais adultos e consensuais são comumente tratados como mercadorias, e a prostituição, relevados os preconceitos morais e religiosos, é uma atividade econômica comum e amplamente globalizada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pergunta central que norteou este trabalho, sobre o porquê de a prostituição continuar existindo, mesmo depois da liberação sexual, que alterou consideravelmente as relações entre homens e mulheres e a visão destes em relação ao sexo, traz a tese que, com a maior liberdade sexual, as funções da prostituição deixariam de existir, pois se poderia ter sexo de forma livre e gratuita.

Não foi o que aconteceu. Nos últimos 25 anos a prostituição em escala global aumentou consideravelmente. Os homens, mesmo com maior liberdade em relação ao sexo com as “meninas de família”, ainda continuam buscando os serviços profissionais de prostitutas. As mulheres, agora com mais liberdade e maior participação nas estruturas de poder, não são mais vitimizadas por uma sociedade que condenava o sexo antes do casamento, colocando a mulher apenas como apêndice de seu marido.

A prostituição não se manteve, ela modificou-se com a modificação da sociedade. A prostituta vista como uma “sacerdotisa”, comum na idade média, não mais existe. A prostituição como forma de evitar o homossexualismo e o estupro, comum em sociedades mais conservadoras, em geral deixa de existir com essa função. No capitalismo a prostituição aparece como atividade econômica, subordinada à fetichização da mercadoria e à acumulação de capital. Nos tempos de globalização, se manifesta como atividade econômica globalizada. Entender a prostituição passa pelo entendimento da forma como ela se organiza e se estrutura na sociedade. Daí a importância em compreender as formas espaciais em que ela se organiza. A questão norteadora, porque a prostituição continua existindo, nos leva a uma nova questão: como a prostituição se organiza, qual sua dinâmica espacial?

A alteração da organização do espaço ao longo do tempo, em seu processo contraditório, leva a uma mudança nas formas de organização das atividades produtivas e das relações sociais estabelecidas entre as pessoas. O sexo como condicionante biológico não se altera tanto quanto o sexo enquanto estrutura social. Entender a dimensão econômica da prostituição passa pelo entendimento do processo de desenvolvimento do sexo enquanto estrutura social.

Assim, ao se verificar como a prostituição se organiza em diversas escalas geográficas, como apresentadas por Silva (2013), tem-se uma visão mais abrangente de sua manutenção em diversos níveis. As escalas temporais e espaciais são fundamentais para a compreensão das múltiplas determinações da realidade social. No mundo percebe-se a importância econômica desta atividade em diversos países, em setores econômicos de relevância, como o turismo, e em questões sociais importantes, como o tráfico de pessoas e a escravidão.

A permanência da prostituição está além de razões morais, preconceitos, falta de afeto, exploração, miséria, liberdade de venda do corpo ou repressão sexual. Ela é algo que combina todos esses fatores e a sua manifestação econômica é a que dá tônica a sua organização social. A internet e o celular trazem nova relação entre a prostituta e o proxeneta, mas a prostituição continua existindo. A questão sexual é mais profunda, o sexo pago está associado a problemas mais profundos do relacionamento humano.

O instinto sexual “naturalizado” no homem e “reprimido” nas mulheres, por diversas culturas patriarcais ao redor do mundo, baseadas em preconceitos sociais, morais e religiosos, aliadas à ainda imensa ignorância que os seres humanos trazem a respeito de sua própria sexualidade, formam ambiente propício para a dominação masculina e a consequente exploração sexual da mulher, dentro dos lares, no trabalho, na sociedade, ou no exercício da prostituição.

O elemento que liga todas as formas de prestação de serviços sexuais, no capitalismo, é a rentabilidade financeira. A facilidade de, sem capital ou investimentos, além do próprio corpo, se obter uma renda financeira rápida e significativa em contextos variados, a ponto de tornar-se “negócio” lucrativo para empreendedores individuais, cafetões e proxenetas, para redes internacionais de criminosos, e até mesmo para Estados, que lucram com as suas políticas públicas que incentivam o turismo e a exploração sexual, além da corrupção dos funcionários de governos, que se incorporam à grande rede internacional. A formação dessas redes de prestação de serviços sexuais, chamadas por vários autores de “indústria do sexo”, justifica esse nome, seja pelos valores gerados por essa atividade em todo o mundo, seja pelo número de trabalhadores do sexo e “agenciadores” envolvidos.

Apesar de continuar existindo o primitivo escambo nessa atividade, quando a pessoa cede o seu corpo em troca de um prato de comida, ou pela sua sobrevivência e a dos seus familiares, a globalização e a facilidade de locomoção e de comunicação mundiais acabaram profissionalizando essa atividade, transformando o sexo em mercadoria, mesmo que muitos clientes ali procurem mais que o sexo propriamente dito, valorizando a companhia, o afeto, a atenção e o carinho recebidos. Assim, existe o espaço também para a prostituição de luxo, na qual as prostitutas têm rendimentos superiores à remuneração dos trabalhadores mais bem empregados.

Assim como nem todas as prostitutas são vítimas, a opção por essa profissão pode ter forte componente libertário, sendo das poucas alternativas que possibilitam, ao mesmo tempo, rebelar-se contra os costumes e tradições arcaicas da sociedade, em particular a repressão sexual da mulher, e exercer uma atividade que encontra demanda no mercado e possa garantir a própria sobrevivência, em tempos de desemprego e falta de qualificação profissional para outras funções. A busca por melhor remuneração é o principal atrativo para essa atividade.

Também cabe refletir se existem violências diferentes, que atingem diferentemente crianças, mulheres, trabalhadores ou cidadãos. Ou se é a mesma violência humana, punida com mais rigor num caso, e mais tolerada em outro, como se os cidadãos tivessem direitos diferentes, em virtude de seus trabalhos, cargos, posses ou preconceitos e julgamentos morais. O grande problema é a coisificação (reificação) do ser humano. Ao ser transformado em coisa, mercadoria, o estranhamento de sua humanidade passa a fazer parte de seu entendimento social. Isso se dá não apenas com a prostituta, que vende serviços sexuais, esse é um problema que atinge todas as demais categorias de trabalhadores.

Cabe ainda discutir se, e até onde, o Estado pode determinar ou interferir no comportamento sexual adulto e consensual, e ao quanto de privacidade o cidadão tem direito no arranjo social atual. Em tempos de radicalismos políticos, estatais e religiosos e de guerras e terrorismos mundiais que tentam impor as suas verdades, às vezes utilizando ataques com armas e munições, outras vezes corrompendo pelo poder de influência (ideologias) e dinheiro (capital), a sociedade atual necessita esforçar-se muito para levantar o véu da ignorância e desvendar os mistérios da verdadeira natureza humana. Uma visão liberal aponta para o direito ao livre uso do corpo, mas é sempre importante lembrar que esse “livre uso do corpo” pode não ser tão livre assim. O papel da ideologia da sociedade de consumo e a estrutura de classes na sociedade devem ser levados em consideração. A liberdade de escolha, no capitalismo, tem muito mais uma conotação ideológica do que real. Apesar de nem todas as prostitutas serem vítimas, não se pode afirmar que não existam

vítimas neste meio. A miséria, a falta de oportunidade de trabalho e a exploração sexual, ainda é um grande fator que leva mulheres a se prostituírem.

A força bruta de seres humanos, que escraviza e explora outros seres humanos, engessando-os em “modelos” pré-fabricados e eliminando as suas potencialidades, continua sendo a mesma, embora se troquem os antigos instrumentos: os chicotes e as correntes por novos “utensílios”: o medo da fome, do desemprego, da falta de moradia, das privações de consumo e outros. Um modelo de sociedade que permita ao ser humano vivenciar plenamente suas potencialidades, entre elas o livre exercício de sua sexualidade, pode ser utopia, mas precisa ser buscado sempre. Talvez assim não seja mais necessário que as pessoas tentem comprar sexo, amor, atenção, prazer, carinho e reconhecimento. A ausência de “modelos perfeitos” ou “necessidades inventadas” pode permitir que o ser humano seja, finalmente, apenas aquilo que ele é - sem adjetivos.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007
- ALVES, Fábio Lopes. **Noites de Cabaré: prostituição feminina, gênero e sociabilidade na zona do meretrício**. São Paulo: Arte e Ciência, 2010.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 1980.
- BLANCHETTE, Thaddeus Gregory e SILVA, Ana Paula. **Amor Um Real Por Minuto - A prostituição como atividade econômica no Brasil urbano**. In: CORRÊA, Sonia e PARKER, Richard. *Sexualidade e Política na América Latina: histórias, intersecções e paradoxos*. Rio de Janeiro: ABIA, 2011. pp. 192-233. .
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas. **Secretaria Nacional de Justiça**. Brasília: SNJ, 2008.
- CARMO, Paulo Sérgio do. **Entre a Luxúria e o Pudor: a história do sexo no Brasil**. São Paulo: Octavo, 2011.
- CHARPENEL, Yves. (coord.) **Rapport mondial sur l'exploitation sexuelle: la prostitution au coeur du crime organize**. Paris: Economica, 2012.
- DÍAZ-BENITEZ, Maria Elvira. **Nas redes do sexo: os bastidores do pornô brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- G P GUIA. **Fórum de discussões sobre acompanhantes**, 2013. Disponível em: <<http://www.gpguia.net/index.php>>. Acesso em jan. 2014.
- GRUPPI, Luciano. Sexo e Sociedade. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo, v. 6, pp. 52-92, 1979.
- LEAL, Maria Lúcia e LEAL, Maria de Fátima. **Relatório Nacional PESTRAF – Pesquisa Sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes Para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil**, 2002.
- LEE, Paula. **Alugo o meu corpo**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

- LEVITT, Steven e DUBNER, Stephen. **Superfreakonomics**: o lado oculto do dia a dia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- MANN, Peter. **Métodos de Investigação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- PEDRO, Joana Maria. Vender o corpo, vender o sexo – serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação. In: FÁVERI, Marlene; SILVA Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Prostituição em áreas urbanas**: histórias do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC, 2010. p. 11-16.
- POULIN, Richard. **La Mondialisation des Industries du Sexe – Prostitution, Pornographie, Traite des Femmes et des Enfants**. Paris: Imago, 2011.
- POULIN, Richard. **Quinze Teses sobre o Capitalismo e o Sistema Mundial de Prostituição**. São Paulo: SOF, 2005.
- ROSSIAUD, Jacques. **A Prostituição na Idade Média**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: USP, 2008.
- SILVA, Flávio Bezerra da. Turismo e sexualidade na metrópole: o caso de São Paulo. In: IX SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP RIO CLARO, Rio Claro, 2009, **Anais...**, Rio Claro, 2009. pp. 704-716.
- SILVA, Roberto Florentino da. **Sexo, dinheiro e repressão**: o global e o local na dinâmica sócio-espacial da prostituição. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão. Francisco Beltrão-PR, 2013.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual – Natureza, Capital e a Produção de Espaço**. São Paulo: Bertrand, 1984.
- SWAIN, Tânia Navarro. Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v.6, n.2, p. 23-28, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/118/115.P>>. Acesso em: 08 fev. 2011.
- VINCENT, Gérard. Uma história do segredo?. In: PROST, Antoine & VINCENT, Gérard. **História da vida privada**, 5: da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 137-364.

Recebido em 06/11/2013

Aceito em 31/10/2014